

---

**Trabalho e educação no campo: a educação popular de classe e socialista  
como estratégia de superação do controle metabólico do capital**

---

**Word and education in the field: popular, class and socialist education as a  
strategy to overcome metabolic capital control**

---

**Trabajo y educación em el campo: la educación popular de clase y socialista  
como una estrategia para superar el control del capital metabólico**

---

Caetano, Edson<sup>1</sup> (Cuiabá, Mato Grosso, Brasil)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-9906-0692>

Cabral, Cristiano Apolucena<sup>2</sup> (Cuiabá, Mato Grosso, Brasil)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-3770-5648>

**Resumo**

Este artigo analisa os mecanismos de controle do capital as ações de resistência e de disputa hegemônica presentes - com diversas limitações e contradições - na organização da produção da existência camponesa. Esse texto objetiva refletir sobre a necessária contraposição entre a educação omnilateral e a educação unilateral, por se constituir enquanto tarefa fundamental no sentido da construção de uma sociedade que não se pautem pelos ditames do capital. As reflexões apresentadas neste texto se fundamentam no materialismo histórico e dialético e o referencial teórico utilizado situa-se no âmbito da teoria marxista. Consideramos que a partir da educação popular, de classe e socialista (omnilateral) articulada à produção associada poder-se-á vislumbrar a superação da existência e do controle sociometabólico do capital.

**Palavras-chave:** Trabalho e educação. Classe camponesa. Educação no campo.

**Abstract**

This article analyzes the mechanisms of capital control the actions of resistance and hegemonic dispute present - with several limitations and contradictions - in the organization of the production of peasant existence. This text aims to reflect on the necessary contrast between omnilateral education and unilateral education, as it constitutes a fundamental task in the sense of building a society that is not guided by the dictates of capital. The reflections presented in this text are based on historical and dialectical materialism and the theoretical framework used is situated within the scope of Marxist theory. We believe that from popular, class and socialist (omnilateral) education linked to associated production, it will be possible to glimpse the overcoming of the existence and the socio-metabolic control of capital.

**Keywords:** Work and education. Peasant class. Education in the field.

**Resumen**

Este artículo analiza los mecanismos de control del capital, las acciones de resistencia y la disputa hegemónica presentes, con varias limitaciones y contradicciones, en la organización de la producción de la existencia campesina. Este texto tiene como objetivo reflexionar sobre el contraste necesario entre la educación omnilateral y la educación unilateral, ya que constituye una tarea fundamental en el sentido de construir una sociedad que no esté guiada por los dictados del capital. Las reflexiones presentadas en este texto se basan en el materialismo histórico y dialéctico y el marco teórico utilizado se sitúa dentro del alcance de la teoría marxista. Creemos que desde la educación popular, de clase y socialista (omnilateral) vinculada a la producción asociada, será posible imaginar la superación de la existencia y el control socio-metabólico del capital.

---

<sup>1</sup> Professor Associado III da Universidade Federal de Mato Grosso; Instituto de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação. [caetanoedson@hotmail.com](mailto:caetanoedson@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professor efetivo da Secretaria de Educação de Mato Grosso. [crisprelazia@yahoo.com.br](mailto:crisprelazia@yahoo.com.br)

---

**Palavras-clave:** Trabajo y Educación. Clase campesina. Educación en el campo.

## **Introdução**

O modo de produção capitalista se objetiva, no processo histórico, enquanto um mecanismo político-econômico de controle não só de trabalhadores e trabalhadoras no “chão” da fábrica, mas de controle de toda sociedade. Nesse intento, procura se efetivar atuando em diversas instâncias: meios de produção, divisão do trabalho, mercantilização das condições da produção e reprodução da vida e além da instrumentalização do Estado e das instituições como na escola e nos meios de comunicação.

Esta presentificação condiciona os comportamentos, as atitudes, os sentidos, as significações, as representações, os sentimentos, os desejos, as expectativas na cotidianidade de trabalhadores e trabalhadoras que estão sob seus imperativos. Contudo, esse modo de produção não tem uma hegemonia totalmente homogenia, já que, devido às contradições inerentes a sua estrutura produtiva e reprodutiva, sua hegemonia possui fissuras relevantes.

Essas fissuras se efetivam historicamente, por exemplo, nas condições de classe da produção da existência camponesa, a qual rompe com diversos imperativos inerentes ao capital, como mercantilização da força de trabalho, expropriação da mais-valia, modelo de propriedade dos meios de produção que não seja de exploração, outras formas de relação com a natureza e com os produtos gerados dela. Estas determinações da produção da existência camponesa, mesmo que contraditórias, apresentam diversos fundamentos não capitalistas.

São estas condições históricas que criam condições para uma educação que seja popular e de classe, que relacionem a educação na escola com a produção da existência e que valorizem e aprofundem a condição de classe camponesa, contrapondo-se a seu aburguesamento e à proletarização.

## **Presentificação do controle metabólico do capital sobre a produção da existência**

O capitalismo se corporifica enquanto uma estrutura sócio-político-econômica de controle sobre o trabalho, cuja intencionalidade é a maximização do capital. Nesse intento se faz necessário a expropriação da força de trabalho, do trabalho e do produto trabalhado, sob o pagamento de salário. Essa é a condição da própria existência do capitalismo. E assim, o trabalhador, por não ser detentor dos meios de produção, é compelido a alienar a sua força de trabalho para continuar sua existência tanto biológica quanto social. Luta-se por toda a vida por trabalho, isto é, pela efetivação objetiva de sua força de trabalho.

O trabalho se materializa, dessa maneira, enquanto categoria substancial ao modo de produção capitalista. Essa estrutura é a sua condição *sine qua non*. Contudo, não somente enquanto condição histórica, presentificada no capitalismo, o trabalho é uma condição ontológica na constituição do ser homem e mulher, em seu processo histórico-ontológico de humanização.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é essencialmente uma inter-relação entre o homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Lukács (2013) afirma ser o trabalho uma categoria não somente histórica, mas ontológica, ou seja, é inerente à constituição humana para a supressão de necessidades biológicas com a interação ativa sobre a natureza, para a construção de instrumentos para esta intencionalidade e, por fim, para a sociabilidade, humanizando-se a si mesmo pelo trabalho e antropomorfizando a natureza pelo mesmo.

Esta humanização não se limita às transformações das condições objetivas da manutenção da existência, mas, intrinsecamente, por transformações subjetivas de homens e mulheres que trabalham. Ao transformar a natureza na produção de instrumentos e de materiais para a supressão das necessidades biológicas (moradia, alimentos, vestuário) se evidencia a intencionalidade sobre a finalidade, isto é, o pôr teleológico. Nesta condição teleológica tem-se o conhecimento sobre a matéria a ser trabalhada, a ideia do que se fazer, o pensamento necessário para a sua efetivação

e num processo posterior, a constituição de representações, de significações sobre o que se faz e o que se fez.

Porém, no capitalismo, esta realidade histórico-ontológica se transfigura, já que, ao expropriar a propriedade privada dos meios de produção e os próprios meios de produção trabalhadores e trabalhadoras se encontraram em outra condição determinante histórica: a condição de alienação. Nesse sentido Marx (2001, p. 114) assevera que

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio.

Assim, o trabalho, categoria de humanização, se determina historicamente como estranhamento, ou seja, como negação dessa humanização histórico-ontológica. O estranhamento de si não é somente pela determinação de quem é o possuidor dos meios de produção e de quem é o possuidor da força de trabalho, mas pela própria divisão do trabalho entre os trabalhadores e trabalhadoras no processo de produção. A ação e a reflexão sobre a ação não pertencem mais ao mesmo indivíduo, nem mesmo à mesma classe. Essa separação entre o teórico e o prático, determinada pela divisão do trabalho, aliena o trabalhador e a trabalhadora da finalidade de seu fazer, de sua intencionalidade, do conhecimento sobre o objeto trabalhado, o pensar sobre a ação e o seu processo teleológico.

As determinações consequentes da alienação ainda se fazem presentes na divisão entre o individual e o social<sup>3</sup> e entre os interesses do indivíduo e o coletivo<sup>4</sup>. É desta maneira que a divisão do trabalho provoca o estranhamento do ser em sua totalidade objetiva e subjetiva espaço-temporalmente presentificados, na medida em que, tais condições objetivas e subjetivas, mesmo separadas pela determinação

<sup>3</sup> "Em todos esses casos, a alienação surge como um divórcio entre o individual e o social, entre o natural e o autoconsciente" (MÉSZÁROS, 2006, p. 160).

<sup>4</sup> "A divisão do trabalho implica ainda a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si" (MARX; ENGELS, 1983, p. 17).

---

histórica do capitalismo, são dialeticamente ligadas enquanto determinações histórico-ontológicas na constituição do ser.

O estranhamento ainda se estende à mercantilização da força produtiva de trabalhadores e trabalhadoras. Ao se negar a propriedade e o controle sobre os meios de produção e assegurar a produção da própria existência, o proletariado forçosamente aliena a sua força de trabalho ao detentor destes meios de produção. Assim, “produz ainda a ele como ser espiritual e fisicamente desumanizado” (MARX, 2001, p. 124), sofrendo o valor dessa força de trabalho as mesmas condições de qualquer mercadoria.

O proletariado para a manutenção da própria existência, só recebe uma fração do tempo em que trabalhou - o salário -, enquanto outra parte lhe é expropriada - a mais-valia -. O trabalho não pago, ou seja, o trabalho excedente é o valor a mais que o capitalista retém para si para obter o lucro. Tal como a introdução tecnológica no trabalho que impactou a produção da vida material e imaterial da classe trabalhadora e produziu por um lado, uma massa de desempregados e por outro, retirou do trabalhador e da trabalhadora o controle e a autonomia no processo produtivo: “com a introdução da maquinaria no processo produtivo, nem a intensidade, nem o ritmo, nem mesmo os movimentos do processo de trabalho dependiam mais da habilidade dos trabalhadores” (MAZALLA NETO, 2016, p. 239).

A condição histórica determinada pelo capital de expropriar o acesso aos meios de produção à classe produtiva fortalece a relevância de controle sobre esta classe subalterna, mantendo-a submissa e esse controle não se limita ao capitalista propriamente dito, mas se estende ao Estado.

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física, organizada. O estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante (POULANTZAS, 2000, p. 26).

Tal repressão pode ser percebida a partir do envolvimento direto e indireto do Estado nos conflitos no campo em 2017 (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2018): 1.431 conflitos envolvendo um total de 708.520 pessoas, apresentando como decorrência 263 camponeses/camponesas e trabalhadores/trabalhadoras

---

assalariados rurais presos a partir de conflitos com fazendeiros. A violência se expressa no controle e repressão aos camponeses e camponesas sem terra em busca da manutenção da própria existência: 10.622 famílias despejadas pelo poder judiciário, sob a violência policial. Apresentando, assim, este papel repressivo por parte do Estado tanto fisicamente (violências por parte de policiais) quanto ideológica (violência sofrida por parte do judiciário).

Para o capital continuar a acumular, ele impacta a classe trabalhadora com limitação ou negação das condições de produção e reprodução da vida material e imaterial. Desta maneira, as tensões sociais, políticas e econômicas são concomitantes à maximização da acumulação de capital, sendo assim, a intervenção do Estado se faz necessária<sup>5</sup>. Isso não significa que o capitalista não atue diretamente de maneira coercitiva nas situações de contradição com a classe trabalhadora. Vejamos alguns exemplos dessas ações violentas sobre camponeses e camponesas em 2017 (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2018): 1.448 famílias foram expulsas de suas terras ou acampamentos por fazendeiros, ou as ações de pistoleiros contratados por fazendeiros que reprimiram, agrediram e destruíram casas, roças e bens de 16.800 pessoas no campo, ou, por fim, as 71 pessoas do campo assassinadas e as 120 tentativas de assassinatos a mando de fazendeiros em todo o país.

Além de sua força repressiva, o Estado exerce a força ideológica em suas diversas maneiras de se fazer presente na cotidianidade da classe produtiva, proletária ou camponesa: instituições jurídicas, escolares, partidárias, sindicais, culturais, religiosas etc. (ALTUSSER, 1980). Nessa perspectiva, Mészáros (2002) afirma que o Estado é imprescindível ao modo de produção capitalista no sentido de sua relevância enquanto estrutura de controle e correção sobre as ideias, comportamentos e atitudes.

---

<sup>5</sup>“Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado” (ENGELS, 1984, p. 193 - 194).

---

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações. Compreende também uma série de práticas materiais e extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas (POULANTZAS, 2000, p. 27).

Cumprida a ideologia faz com que trabalhadores e trabalhadoras ressignifiquem o que são, o que fazem e por que fazem. Não somente enquanto classe produtiva proletária e camponesa, mas na própria cotidianidade. Pensamentos, ideias, representações, significações, intencionalidades, desejos, comportamentos, atitudes estão controlados pela ideologia, ressaltando as limitações, brechas e contradições destes controles.

Esse processo de controle exercido pelo capital ou pelo Estado tem como uma das premissas históricas a divisão, não somente do trabalho, mas também entre a classe detentora da força de trabalho e a classe detentora dos meios de produção. E como necessidade histórica, política e econômica, na sociedade de classes, a educação tem papel decisivo. A educação institucionalizada é determinante tanto para a intensificação da produção quanto para a manutenção ideológica da realidade. Assim, a “produção organizativa de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial” (HARVEY, 1992, p. 151), no sentido do conhecimento ser instrumentalizados aos interesses da lógica do capital.

Pois, cumpre destacar que a educação é determinante à construção social dos significados que dão sentidos à vida. Sentidos este construídos pela ciência, pelas atividades manuais e intelectuais, pelas regras comportamentais e pelos valores morais, os quais condicionam e determinam não somente sentido à realidade, mas instrumentalizam a própria consciência e autoconsciência a serviço da lógica do capital.

### **A estrutura organizativa e produtiva camponesa e suas contradições**

O campesinato se constitui enquanto classe social que não é nem burguesa e nem proletária. Desta forma, amiúde, tanto intelectuais da classe burguesa quanto intelectuais da classe proletária a compreendem como um grupo social pré-capitalista,

necessitando assim passar pelos imperativos do capital aburguesando-se ou proletarizando-se.

Mesmo com as diversas “profecias” de seu fim, camponesas e camponeses em todo o país resistem cotidianamente aos ditames da sociedade burguesa e ao mesmo tempo, intencionam a construção de uma existência não-capitalista, pautada na solidariedade e no interesse coletivo, afirmando-se, assim, enquanto classe.

Marx (2003, p. 137) afirmava que para que os camponeses e camponesas se tornassem uma classe *em si e para si* era preciso uma igualdade produtiva, interesses, modo de vida e cultura comuns às quais se opunham às outras classes e uma organização política coletiva e nacional, respectivamente.

À medida que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas de existência que as separam uma das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões de famílias constituem uma classe. Mas na medida em que existem entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe.

Desta citação de Marx, é possível compreender que não existem somente a classe proletária e a classe burguesa<sup>6</sup> e que camponeses e camponesas tornam-se uma classe a partir de seus interesses comuns, em oposição a outras classes - como a burguesa e a proletária - quando se organizam em associações, comunidades, movimentos sociais, entidades nacionais e supranacionais. Mesmo havendo diversidade nas respostas à produção e reprodução da própria existência, o modo de produção camponês<sup>7</sup> não se baseia, amiúde, em trabalho assalariado (PLOEG, 2016), isto é, não alienam a sua força de trabalho. A força de trabalho pertence ao trabalhador e é fornecida pela família. Não vendendo sua força de trabalho a um proprietário dos meios de produção, este não pode expropriar seu trabalho excedente, nem seu produto, nem criar a mais-valia e, por fim, nem criar o lucro.

<sup>6</sup> Ainda, no Capital Livro 3, Volume 6, Marx (2008) afirma existir uma outra classe, os proprietários de terras que vivem da renda fundiária.

<sup>7</sup> “Nós falaremos aqui da economia camponesa como de um modo de produção, este termo sendo tomado num sentido próximo daquele 'marxismo', ou seja, o conjunto coerente e distinto de forças produtivas relações de produção entre homens” (CARVALHO, 2005, p. 15 apud TEPICHT, 1973, p. 17-19).



Isso se deve por ser a classe camponesa detentora de sua própria propriedade. Contudo, essa propriedade não é uma propriedade nos moldes capitalistas, pois inexistem a divisão entre proprietários dos meios de produção e da força de trabalho, entre trabalho manual e intelectual; bem como, a expropriação do trabalho excedente e nem a produção da mais-valia. A propriedade camponesa é uma propriedade familiar ou comunitária de trabalho, de consumo e de moradia.

Ou seja, ela controla - em todas as suas contradições, limitações, subordinação - a propriedade, os meios de produção, a força de trabalho, o produto, a circulação e o consumo. Estas são as condições determinantes da classe camponesa, contudo, suas condições históricas de subordinação ao capital e suas limitações organizativas e produtivas podem limitar ou negar este controle.

Os interesses coletivos asseguraram a manutenção da produção material e imaterial da vida camponesa em bases que questionam o ideário neoliberal. Interesses estes que fundamentam a existência de comunidade: “a noção de comunidade refere-se a uma coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão afetivamente identificados uns com os outros” (DURHAM, 2004, p. 221). As determinações limitadas das condições objetivas de produção e reprodução da vida e os interesses comuns criaram possibilidades organizativas de produção que se expande à produção coletiva familiar para uma produção livremente associada entre diversas famílias.

A produção associada, como produto das condições históricas, é uma estratégia criada para organizar o trabalho e a vida que pode levar à emancipação do capital, a um novo projeto societário e à liberdade como sujeitos históricos. (...) A produção associada diz respeito à unidade básica do modo de produção dos produtores livremente associados. O trabalho associado é organizado de forma autogestionária, sem valorizar o lucro e a exploração da força de trabalho alheia, apoderando-se dos meios de produção e pautando-se na solidariedade, que extrapola o âmbito material. Os trabalhadores associados têm a possibilidade de integrar prazer e trabalho, já que a prioridade é garantir a reprodução ampliada da vida e não o sobre trabalho (CAETANO, NEVES, 2014, p. 8).

Face os trabalhadores e as trabalhadoras possuem os controles acima destacados, autogestionando a sua produção e não sendo determinados por outra classe sobre o que, o como e para quem produzirem, esta produção associada

---

caracteriza-se como o seu modo de produção, mesmo sendo subordinado (VELHO, 1974).

O processo histórico de isolamento espacial característico do campesinato (CANDIDO, 1979), reforçou o estabelecimento de laços sociais de confiança, cooperação e solidariedade. Sendo esta solidariedade importante para a produção material e imaterial da vida ao estruturar a produção e reprodução da existência e facilitar a superação das dificuldades produtivas e da satisfação de necessidades, possibilitando a cooperação nos processos produtivos dos camponeses e camponesas.

Um dos exemplos dessa estrutura familiar junto às dificuldades produtivas é a organização de um espaço coletivo de produção, tais como hortas e roças comunitárias, fundo<sup>8</sup> e feixo<sup>9</sup> de pasto e faxinais<sup>10</sup>. Outro exemplo, a partir da mesma determinação objetiva estrutural da família e dificuldades produtivas, é o mutirão e a troca de jornada de trabalho, em que, em ausência de pagamento em forma de salário, camponeses e camponesas prestam serviço à demanda de outra família, sendo retribuídos com a mesma prestação quando assim for necessário.

As condições e as determinações objetivas do processo histórico da formação camponesa permitiram fundamentos objetivos e subjetivos à produção livremente associada. Contudo, este mesmo processo histórico desse modo de produção subordinado, impôs seus limites e suas contradições às experiências concretas de trabalho associado entre os camponeses e camponesas.

São condições objetivas para outra realidade de utilização do tempo pelo modo de produção subordinado campesino, a organização do processo produtivo com a intenção de satisfazer as necessidades das famílias e não pela intenção de intensificar a maximização de lucros, inerente ao modo de produção capitalista; e o trabalho autogestionário sem a presença personificada de outra classe que explora a força de trabalho.

---

<sup>8</sup> Quando se coletiviza o fundo de cada unidade familiar para ampliar a produção ou criação.

<sup>9</sup> Quando se coletiviza uma área, fora da unidade familiar, para a organização coletiva de produção ou criação.

<sup>10</sup> Áreas de matas ou pastagens, utilizadas comunitariamente para o fornecimento de pastagens e madeiras.

---

Desta forma, ao suprimir as necessidades biológicas e sociais a partir da produção e organização do tempo de trabalho, criará um tempo disponível, livre para ser utilizado em outras atividades, como por exemplo, o ócio, o lazer, os estudos, a militância em partidos, sindicatos e movimentos sociais. Ou seja, resolvendo o reino da necessidade poderá vivenciar o reino da liberdade.

A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (MARX, 2008, p. 1083-1084).

Costa (2014, p. 194) assevera que “os camponeses ‘procuram maximizar a utilidade líquida conjunta da renda e do lazer’”. Lazer este presente não somente fora da jornada de trabalho, mas durante a mesma. É corriqueiro vislumbrar-se durante a jornada autogestionada de trabalho no campo, camponeses e camponesas desfrutarem de lazer - em conversas, paradas repentinas para descanso, brincadeiras, lanches - sem a determinação rígida de horas de trabalho conduzido por outrem que não seja o próprio coletivo de trabalho.

A organização produtiva em família e não fragmentada pela divisão individual do trabalho, é determinante ao modo de produção subordinado camponês em sua unidade produtiva. Os interesses e perspectivas se coletivizam desta condição objetiva, bem como, as necessidades e maneiras de supri-las. A família é, assim, uma das premissas determinantes à organização produtiva cooperada presente na associação livre entre as famílias, sendo, então, a família o fundamento a organização da unidade produtiva da classe camponesa. Contudo, não se pode analisar de maneira fragmentada esta produção da existência de forma individualizada - a partir de um único núcleo familiar -, visto que, as comunidades campesinas existem a partir do estabelecimento de relações de dependência e solidariedade entre as famílias, motivadas, em grande medida, pelo compartilhamento de necessidades e pelas limitações comuns.

A disponibilidade das condições da força de trabalho dos membros das famílias - idosos, crianças, adolescentes - interferem na produtividade e em sua intensidade. Essa limitação endógena à condição objetiva de produção e reprodução material produz a necessidade da cooperação, da associação entre famílias, possibilitando desta forma, a contratação de força de trabalho. Estes são elementos intrínsecos ao processo de trabalho camponês, que de forma dinâmica e se utilizando de condições endógenas à própria existência camponesa e, amiúde, das condições externas, isto é, ao modo de produção capitalista, possibilitam a sua sobrevivência não somente biológica e social, mas enquanto classe singular, porém subordinada.

Uma das estratégias empregadas é a produção agroecológica, que não é universalizada a todos os camponeses e camponesas, mas está presente em maior ou menor parte a partir de suas condições objetivas e subjetivas de existências. Esta proposta, de acordo com Altieri (2012, p. 105), “ênfatisa agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sua sanidade dos cultivos”.

A interação entre animais e plantas no mesmo ambiente modifica substancialmente a produção e sua qualidade, tal como, a utilização de materiais orgânicos para equilibrar o solo, a água, as pragas naturais e as plantações. O manejo agroecológico intensifica qualitativa e quantitativamente a produção, onde a não utilização de insumos químicos<sup>11</sup>, mas sim, matérias orgânicas<sup>12</sup>, enriquecem o solo e “controla biologicamente as doenças” (ALTIERI, 2012, p. 134).

Tal conformação da produção além de fortalecer a singularidade produtiva camponesa, suprime, simultaneamente, a presença de produtos industriais e maneiras de produção utilizadas pelo agronegócio. Essa relação entre ser humano e natureza, constituída historicamente, é estratégica à manutenção reprodutiva de sua existência.

Todo agricultor requer meios intelectuais para realizar a apropriação da natureza. Esse conhecimento tem um valor substancial para compreender as

<sup>11</sup> Os adubos e fertilizantes químicos e os agrotóxicos.

<sup>12</sup> Produtos que não utilizam ativos químicos como as caldas, os adubos e fertilizantes agroecológicos.

---

formas como os agricultores tradicionais percebem, concebem e conceitualizam os recursos, as paisagens ou ecossistemas dos quais dependem para substituir. E esse conhecimento, no contexto de uma economia de subsistência, torna-se um componente ainda mais decisivo no desenho e na implantação de estratégias de sobrevivência baseadas no uso múltiplo dos recursos naturais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 91).

Aqui, a constituição da unidade produtiva em família é essencial e este saber é transmitido oralmente e no *savoir-faire* da existência em comunidade. Esses saberes não são fragmentados, por estarem diretamente condicionados à resolução das demandas objetivas da produção material e imaterial da vida, as quais não estão fragmentadas na produção da existência da classe camponesa.

O saber local abrange conhecimentos detalhados de caráter taxonômico sobre constelações, plantas, animais, fungos, rochas, neves, águas, solos, paisagens e vegetações, ou sobre processos geofísicos, biológicos e ecológicos, tais como movimentos da terra, ciclos climáticos ou hidrológicos, ciclos de vida, período de formação, frutificação, germinação, cio ou nidação, e fenômenos de recuperação de ecossistemas (sucessão ecológica) e manejo de paisagens (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 97).

Pode-se perceber a existência/construção/transmissão de saberes a partir de um processo de ensino e aprendizagem pautado na experiência familiar e comunal, não fragmentado e estratificado, mas inter e transdisciplinar.

O modo de produção camponês apresenta elementos indicativos de subordinação ao modo de produção do capital espaço e temporalmente diversos e uma destas formas é o momento da circulação da mercadoria. O produto da efetivação da sua força de trabalho possui diferentes finalidades: autoconsumo, venda direta ao consumidor, venda ao revendedor. Nestas diferentes finalidades há a consequente transformação ontológica na produção, utilização da força de trabalho e do próprio camponês e camponesa.

Quando a venda se faz a outro em que o produto não terá um valor-de-uso (utilização direta), mas um valor-de-troca, há a submissão do modo de produção camponês ao modo de produção capitalista, posto que, parte da utilização da força de trabalho não está presentificada no preço do produto. Este faz parte do conjunto do valor socialmente determinado, a partir da expropriação dos diversos trabalhos excedentes da divisão social do trabalho.

---

É o que Marx (1978, p. 54) define como subsunção formal do trabalho ao capital:

O caráter distintivo da subsunção formal do trabalho ao capital se destaca, com maior clareza, mediante comparação com situações nas quais o capital já existe desempenhando determinadas funções subordinadas, mas não ainda em sua função dominante, determinante da forma social geral do processo de produção.

O atravessador transformará o dinheiro adquirido pela revenda do produto em capital, desta forma, o que não estava presente inicialmente na produção camponesa, se presentificou a partir da circulação do produto: o trabalho excedente, isto é, o trabalho não pago ou ainda, a mais-valia expropriada do seu trabalho.

Estas são as condições determinantes do modo de produção subordinado camponês. Historicamente contraditório, limitado, dependente e subordinando qualitativa e quantitativamente a partir de diferentes espaços, tempos e unidades produtivas. Cabe a uma educação de classe, popular e socialista romper com essa dependência e subordinação e aprofundar a singularidade da classe camponesa, fortalecendo suas características produtivas de equilíbrios, livremente associada e autogestionada.

### **Por uma educação popular, de classe e socialista do/no campo**

Não somente por ser o trabalho uma categoria histórico-ontológica da constituição humana, mas por este se apresentar enquanto atividade essencial à toda estrutura constitutiva do modo de produção capitalista é que a educação popular, classista e socialista considera o trabalho enquanto condição teleológica da educação. Para isso, de início, é preciso compreender os componentes do processo de trabalho, os quais são para Marx (1988, p. 202): “1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumento de trabalho”.

Estes elementos caracterizam o trabalho em sua condição objetiva: ação, produto e instrumentos utilizados para transformar o produto. Contudo, nestes elementos estão presentes as condições subjetivas à sua efetivação: intencionalidade, conhecimento, ideia, desejo, representação e significado.

---

O trabalho pressupõe que o ser humano saiba que determinadas propriedades de um objeto são adequadas à sua finalidade. Ora, essas propriedades devem, então, estar objetivamente presentes, na medida em que pertencem ao ser do objeto em questão, e, no entanto, permanecem, em geral, latentes no seu ser natural, são meras possibilidades (LUKÁCS, 2013, p. 146).

Ao atuar sobre o objeto, já está inerente certo conhecimento sobre o mesmo, o que poderá mudar no próprio fazer, tal como, a intencionalidade sobre o que fazer está presente enquanto premissa à própria ação. Esta objetivação do subjetivo constrói processos dialéticos de subjetivação do objeto, isto é, produz-se ideias, significados e representações sobre o mesmo e sobre o processo de transformação do mesmo. Como Brandão (1985, p. 23) assevera, “o trabalho de transformar e significar o mundo é o mesmo que transformar e significar o homem”. O trabalho organiza premissas históricas de dar sentido ao mundo, ao próprio trabalho e ao trabalhador e à trabalhadora.

O trabalho não somente produz premissas para a constituição de significados e representações, mas a própria constituição da consciência sobre o mundo e a autoconsciência, ou seja, são as condições objetivas de necessidades e de supressão, da maneira que as suprimem, dos instrumentos utilizados e das relações sociais necessárias, que faz com que a consciência e a autoconsciência sejam construídas histórico-ontologicamente.

Marx (1977, p. 24) afirma que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que inversamente determina a sua consciência”, isto é, são as condições objetivas de supressão das necessidades biológicas e sociais que determinam as condições subjetivas. Contudo, tal consciência não é um produto individual, de ação puramente individual, mas um produto social, um ser de relação com a natureza, com o instrumento de trabalho, com o produto, com o outro, com o espaço-tempo. A consciência se configura enquanto determinação da condição ontológica do ser de se constituir enquanto um ser de relação, sendo, portanto, um ser de relação em contínuo processo dialético de transformação - um ser de cultura.

O que caracteriza o homem é ele ser produtor da cultura que o reproduz como ser humano. Ela é tudo o que o homem e o trabalho humano realizam ao

---

transformarem a natureza e atribuírem significados ao que fazem e ao próprio ato criador do fazer. O processo social de criação de cultura é o que atribui ao homem a possibilidade de se afirmar como um ser de consciência (BRANDÃO, 1984, p. 46).

Na ação, são atribuídos significados e representações, ou seja, determinações subjetivas que instituem valor e intencionalidade à própria ação. Desta forma, a ação transformadora sobre a natureza, aquele que transforma os instrumentos utilizados e a utilização do objeto transformado tornam-se possuidora de compreensão. Contudo, esse processo de produzir cultura e, assim, a própria cultura, não é homogêneo.

Devemos, por conseguinte, da constatação da existência, em nossa sociedade, de uma heterogeneidade cultural produzida por uma diferenciação das condições de existência, que se prende à estrutura de classe e resulta da reprodução de um modo de produção. Mas deve-se considerar também que esta diversidade está permeada, por sua vez, por distinções regionais associadas às peculiaridades de recursos naturais e a condições demográficas e históricas particulares que lhe dão conteúdos e formas específicas (DURHAM, 2004, p. 232).

A heterogeneidade das condições objetivas de produção da vida material, com todas as suas contradições, mesmo no interior da mesma classe, condiciona e determina heterogeneidade na produção social e imaterial da vida. Contudo, a "estrutura de classe" é determinante à produção cultural, e, assim, determinante à produção homogênea-heterogênea da consciência de classe. São estas contradições da produção da existência que constituem as consciências possíveis, as quais estão relacionadas à condição da vida material.

Por conta da relação entre as condições da produção da existência e os sentidos dados à mesma se faz necessário romper com a primeira, à qual está fundamentada na propriedade privada dos meios de produção cujo controle sociometabólico é totalizante. Somente com a sua superação é que sentidos e qualidades humanas se emanciparão de sua alienação e fetichização (MARX; ENGELS, 1983).

Não somos livres para escolher a nossa autoconsciência. A autoconsciência humana - a consciência de um ser natural específico - tem de ser 'consciência sensível'. Porque é a consciência de um ser natural sensorial (sensível). Contudo, 'a consciência sensível' não é nenhuma consciência abstratamente



---

sensível, mas uma consciência humanamente sensível (MÉSZÁROS, 2006, p. 157).

Assim sendo, o pôr teleológico de uma proposta de educação socialista não pode se limitar ao processo de ensino-aprendizagem institucional, isto é, a educação escolar, na medida em que, não é somente o acesso à produção cognitivo-científica que produz e fortalece a consciência de classe, concomitante à consciência revolucionária de classe. É na totalidade da produção social da existência que essa proposta educacional deve se efetivar e é justamente neste espaço que se produz, estratifica e se transforma a estrutura subjetiva educacional do ser, que em nosso caso é o ser camponês: pensamento, conhecimento, ideias, imaginação, representação, consciência de si, do outro e do mundo. É somente a partir da educação - popular e institucionalizada - que tenha o espaço da produção da vida enquanto espaço teleológico de transformação que a educação socialista terá em si mesma as condições de emancipação à classe camponesa.

A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Daquilo que os indivíduos são dependentes, portanto das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, s/d, p. 19).

O campesinato, como discutido anteriormente, possui um modo de produção singular e contraditório: com controle dos trabalhadores e trabalhadoras e ao mesmo tempo, com subordinação e dependência ao capital. Esse processo que se materializa na produção, distribuição, circulação e consumo é marcado por elementos não-capitalistas e, amiúde, pré-capitalistas; como por exemplo, a autogestão e a produção associada vivenciadas sob determinações processuais de equilíbrios por trabalhadores e trabalhadoras e singularidades subsumidas do trabalho e produtos excedentes ao capital.

O sentido do real não é construído somente no processo de ensino-aprendizagem de cognições científicas, mas a partir do acesso às atividades produtivas, comportamentos sócio-morais, tipos de relações com o espaço e com o tempo, quer dizer, é na *práxis* que se constitui a consciência, ou alienada, fetichizada, ou subversiva, emancipatória e socialista.

A dialética da atividade e passividade do conhecimento humano manifesta-se sobretudo no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformar em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria práxis (KOSIK, 1976, p. 28).

Em diversos momentos espaciais e temporais essa ação sobre a coisa e o sentido dado a ela se efetivam na produção da classe camponesa, substancialmente quando há o controle - teórico e prático - sobre o processo de produção material da vida. É no conhecimento de sua realidade, de seu trabalho, de seus instrumentos e produtos, de suas relações e da natureza *em si* mesmos que estes terão sentidos *para si* mesmos, ou seja, o processo de consciência e autoconsciência da produção e reprodução da vida material e imaterial.

Esse sentido é construído socialmente em processos de ensino-aprendizagem da experiência prático-oral, no cotidiano e no acesso cognitivo ao conhecimento científico estruturado que imprime sentido à coisa - mais coerente ao que ela é em si - e possibilita a compreensão da existência em sua concretude. Assim, reestrutura-se a cultura<sup>13</sup> a partir de bases já existentes na existência camponesa: “a cultura constitui, portanto, um processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda práxis humana” (DURHAM, 2004, p. 231).

Somente poderá valorizar o *savoir-faire* popular da classe camponesa reafirmando não somente enquanto saberes e fazeres populares, mas em um *savoir-faire* de classe, na medida em que estes elementos populares da cultura camponesa descritos acima são, concomitante, valores de classe. Um exemplo é a forte presença de solidariedade tanto na produção autogestionada e coletiva familiar de produção quando na comunitária. Este comportamento ético carrega em si as determinações para a própria manutenção produtiva e reprodutiva desta classe. É esta solidariedade que associa livremente os trabalhadores e trabalhadoras, que mantém o equilíbrio entre estes e a natureza, que fundamenta a troca de serviços em mutirões e em

---

<sup>13</sup>“Criar uma cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1978, p. 13).

---

jornadas de trabalho. A solidariedade é um valor não somente ético, mas político e econômico à reprodução da existência desta classe, tal como o é, a competitividade à produção da existência da classe capitalista.

Como afirma Brandão (1985, p. 68), “valores populares de cultura são aqueles em que existe uma clara conotação de classe dentro da cultura do povo” e a escola que não dialoga intensamente com esta “cultura popular”, pois nega o próprio povo, o aliena de suas condições objetivas de produção da vida. E o melhor método para afirmar a cultura de classe e popular campesina é pelo binômio trabalho e educação.

O método do trabalho é o melhor método de aprendizagem. No processo de trabalho, o estudante aprende melhor sobre física, química, as leis da mecânica.

Durante o processo de trabalho, ele aprende a observar, verificar as suas observações por meio das experiências, aprende a usar o livro como uma ferramenta de trabalho, aprende a usar dados científicos para o trabalho diário (KRUPSKAYA, 2017, p. 85).

O trabalho, como afirmado acima, é a categoria histórico-ontológica *sine qua non* à produção da existência em sua totalidade material e imaterial. Negar a centralidade do trabalho do processo de ensino-aprendizagem implica limitar, fragmentar e até negar sua finalidade a uma educação socialista. É pelo trabalho que tanto a sua natureza biológica quanto a sua natureza histórico-social se entrelaçam dialeticamente suprimindo suas necessidades tanto da primeira natureza quanto da segunda natureza e criando novas necessidades. Necessidades estas que estão ou em consonância com a “natureza humana” ou em discordância.

Temos aqui que distinguir, primeiro, entre dois sentidos de natural e artificial, conforme usados por Marx. No primeiro sentido, natural significa simplesmente “aquilo que é produto direto da natureza”; e em oposição a ele artificial significa “feito pelo homem”. No segundo sentido, porém, o que não é produto direto da natureza, mas criado por um intermédio social, é natural na medida em que seja idêntico à “segunda natureza” do homem, ou seja, à sua natureza tal como criada pelo funcionamento da socialidade (MÉSZÁROS, 2006, p. 160).

Ainda segundo Mézáros (2006, p. 161)

O oposto a esse segundo sentido de natureza evidentemente não é “feito pelo homem” pois ele é feito pelo homem – mas “aquilo que se opõe à natureza humana enquanto socialidade”. Apenas esse segundo sentido do termo

---

“artificial” é moralmente relevante. As necessidades e apetites criados pelo homem não são artificiais no segundo sentido, desde que estejam em harmonia com o funcionamento do homem como ser social.

Mesmo com as contradições endógenas e exógenas presentes na produção material e imaterial da vida de camponeses e camponesas, diversas condições histórico-determinantes destas produções criaram fundamentos objetivos para que a natureza humana - em consonância à sua premissa ontológica de um ser com necessidades biológicas e sociais - aja sobre sua realidade para supri-los sem os negá-los. Desta forma, se presentifica no modo de produção autogestionado e livremente associado, porém, negados ou limitados quando prevaleçam a subordinação e a dependência ao controle sociometabólico do capital.

Uma educação que objetive a emancipação de classe terá que, na *práxis*, fomentar condições espaciais e temporais de afirmação desta natureza humana - natureza atada à sua necessidade (natural) biológica e social. Necessidades estas que não negam o ser, mas o afirma, que não escraviza o ser, mas o liberta. Nesta liberdade, emancipa-se a classe e esta liberdade só pode se presentificar na história no e pelo trabalho. O trabalho e todo o seu processo produtivo é o fundamento histórico ontológico desta emancipação e por isto, da educação.

O trabalho é o princípio ontológico de humanização de homens e mulheres e antropomorfização da natureza e do espaço. Nele, as diversas capacidades são despertadas, tal como novas necessidades e maneiras de supri-las. No fazer e no pensar teleológico sobre o fazer é que o trabalho enquanto princípio educativo se efetiva historicamente na cotidianidade de trabalhadores e trabalhadoras.

No trabalho, a condição da liberdade humana se efetiva enquanto determinação histórico-ontológico. A alternativa sobre o que, o como, quando e com que fazer é um ato de consciência possuidora de conhecimento sobre todo o processo de produção da existência. Estas escolhas, que tem por fundamento histórico as demandas objetivas da vida, são a liberdade condicionada à natureza humana, negada ou limitada no modo de produção capitalista e sua inerente divisão (social) do trabalho. Nesta liberdade, que tem por premissa o trabalho, novas necessidades e novas capacidades surgem.

---

No processo de construção de uma educação que considere/valorize os saberes populares, uma educação de classe e socialista, há que se romper com a lógica de controle objetivo e subjetivo do capital e nesse sentido, é mister questioná-lo em sua raiz, isto é, no modo de produção e reprodução do capital. A produção autogestionada, livremente associada e fundamentada em equilíbrios já existentes, se configura enquanto germe revolucionário na produção camponesa e a educação deve se alicerçar a partir destas categorias; não somente enquanto reflexão cognitiva ou ética no espaço físico escolar, mas em intenso diálogo entre a educação institucional e a educação popular, tendo a produção da vida material e imaterial enquanto fundamento educativo.

Assim, a educação popular, de classe e socialista não será meramente uma educação crítica ao capital, mas uma educação que fortaleça as já existentes contradições com o capital, presentes na produção da existência da classe camponesa.

É por isso que a humanidade só levanta problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer (MARX, 1977, p. 25).

As experiências, os saberes, as atividades produtivas e os valores camponeses não são somente características particulares, mas negações ao *modus operandi* capitalista; e a educação do e no campo tem por intenção a construção do *modus operandi* camponês. De acordo com Frigotto (1996, p. 25), “a educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica”.

Para esta disputa hegemônica, a educação do e no campo terá que romper com o controle sociometabólico do capital e, pelas suas habilidades práticas e teóricas constituídas no âmbito da produção da existência, evidenciar o seu caráter pedagógico do trabalho, onde o educando se faz ativo em seu próprio processo de ensino-aprendizagem. A educação de classe e socialista se constitui, assim, enquanto prática social. Ela já existe - de forma latente - no conjunto das relações sociais

---

imposta pelos imperativos alienantes e fetichizados do capital. Resta que a educação do e no campo se concretize conscientemente no conjunto das relações sociais, disputando espaços e produção de saberes, valores, significados e representações. Isso equivale à superação da articulação de saberes, experiências e atividades produzidos a partir dos ditames do capital à articulação dos mesmos na direção da produção associada da vida pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Esta é uma educação cuja intencionalidade teleológica assenta na produção da existência e não na maximização do capital.

Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um movimento consciente de construção das escolas do campo como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história. (CALDART, 2000, p. 26).

Tal intencionalidade se tornará orgânica e dinâmica no momento em que essas diversas experiências das realidades presentes no trabalho do campo romperem os muros da escola e adentrarem à sala de aula, possibilitando o diálogo e a contradição entre o conhecimento científico e o conhecimento popular, no sentido da disputa hegemônica.

Conseqüentemente, a necessária intervenção consciente no processo histórico orientada pela adoção da tarefa de superar a alienação por meio de um novo metabolismo reprodutivo social dos “produtores livremente associados”, esse tipo de ação estrategicamente sustentada não pode ser apenas uma questão de negação, não importa quão radical. Pois, na visão de Marx, todas as formas de negação permanecem condicionadas pelo objeto de sua negação (MÉSZÁROS, 2008, p. 60).

Tal disputa contra hegemônica não partirá do não existente, mas do já existente, do germe contraditório ao capital presente na produção da existência camponesa que vislumbra a superação das contradições endógenas e exógenas que limitam o rompimento aos ditames do capital. Desta forma, será uma educação comprometida com a solidariedade, a cooperação, a igualdade e a coletividade, não somente no âmbito ético, mas político e econômico.

---

Desta maneira se superará a qualificação para o trabalho - instrumentalização aos imperativos categóricos do capital -, para a qualificação humana, a qual Frigotto (1996, p. 31-32) define como o

[...] desenvolvimento de condições físicas, metais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades ao ser humano no seu devir histórico.

A partir da educação omnilateral<sup>14</sup>, camponeses e camponesas acessarão os meios intelectuais visando uma relação mais harmoniosa com a natureza e a apropriação de diversos outros saberes, transformando quantitativa e qualitativamente seus conhecimentos populares sempre em diálogo com sua singularidade contra hegemônica de classe.

Não é só a transformação do indivíduo social, mas esta qualificação deve estar articulada à transformação das determinações da estrutura social, tornando camponeses e camponesas conscientes dos desafios que terão que confrontar enquanto classe que não quer nem se aburguesar (explorar e expropriar o trabalho de outro e da natureza) nem se proletarizar (tornar-se explorado e expropriado por outra classe).

Assim sendo, a articulação entre os saberes populares, as experiências cotidianas, a proposta de produção agroecológica, a organização livremente associada e a educação popular, de classe e socialista, poderá possibilitar a superação das ainda existentes contradições endógenas e exógenas existentes na produção da existência camponesa.

### **Considerações finais**

O modo de produção camponês forjado a partir da produção livremente associada, autogestionada e agroecológica; onde a propriedade é terra-trabalho,

---

<sup>14</sup> Frigotto sinaliza que “a educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico” (FRIGOTTO, 2012, p. 265).

---

terra-consumo e terra-moradia e a solidariedade é um comportamento ético, político e econômico, se contrapõe ao capital como uma produção da existência não-capitalista, ou seja, se contrapõe à mercantilização da vida a partir da mercantilização do trabalho, dos desejos e dos produtos necessários à existência.

Esta existência camponesa produz condições materiais que suprem as necessidades biológicas e sociais, bem como, a própria cultura camponesa. Cultura essa, que emerge historicamente na experiência da produção da vida e que forja uma identidade de classe que não é nem burguesa e nem proletária. É uma identidade de classe camponesa, onde os interesses comuns criam e fortalecem, paulatina e contraditoriamente, comunidades vinculadas à propósitos comuns e ações comuns a partir da reorganização da produção material e imaterial da vida para além do capital.

Dessa maneira, camponeses e camponesas intencionando se constituírem enquanto classe *para si*, produzem *savoir-faire* singular e contra hegemônico e que se presentificam em diversos espaços onde o capital historicamente exerce seu controle, reorganizando-os produtivamente e ressignificando-os territorialmente. Essa mudança objetiva e subjetiva decorre de uma cultura e de uma educação pautadas em ditames antagônicos aos propalados pela sociedade burguesa. A efetivação concreta de uma nova cultura e uma nova educação exigem a construção de uma educação popular, de classe e socialista: fundada na singularidade produtiva de camponeses e camponesas. Isso equivale dizer que somente com o controle da escola pela produção da existência da classe camponesa é que a sua instrumentalização aos ditames imperativos do capital se desvanecerá.

Desta maneira, superar-se-á a instrumentalização da escola pelo capital cuja intencionalidade é a qualificação do trabalhador para outra forma emancipada de qualificação, a humana, a partir da produção associada como forma de produzir a existência. Nesta, o controle da jornada de trabalho pertencerá ao camponês e a camponesa e a vida não estará limitada e reduzida ao trabalho alienado, tal como os sentidos, as representações e os significados não estarão em mesma situação.

Salientamos, finalmente, que somente através da educação popular, de classe e socialista, isto é, uma educação omnilateral, articulada à produção associada



---

é que a autogestão da existência se tornará realidade, rompendo, desta forma, e paulatinamente, o controle sociometabólico do capital e a existência do mesmo.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins fontes, 1980.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Saber e ensinar**. Campinas: Papyrus, 1984.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 595-613, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/educacaopublica/article/view/1756/1324>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, Cesar e CALDART, RoseliSalete (Org). **Por uma educação básica do campo**. Projeto popular e escolas do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma educação básica do campo, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**. RJ: Vozes, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo - Brasil**. Goiânia: CPT, 2018.

COSTA, Francisco De Assis. Chayanov e a especificidade camponesa. In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

DURHAM, Eunice. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

---

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Educação omnilateral. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Saete; FRIGOTTO, Gaudêncio; PEREIRA, Isabel Brasil. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRUPSKAYA, Nadezhda. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.  
MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital. Volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Livro 1. Capítulo VI inédito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 3 - O processo global de produção capitalista. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manuscrito Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martins Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

MAZALLA NETO, Wilson. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. In: **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Laís (Orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2016.

---

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Graal, 2000.

TOLEDO, Víctor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VELHO, Octávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1974.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**. Geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

**Edson Caetano**

Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Professor Associado III da Universidade Federal de Mato Grosso; Instituto de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação. Atua no curso de Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Faz parte do conselho editorial das seguintes publicações: Polis Revista Latinoamericana, Revista Trabalho Necessário, Revista Brasileira de Educação do Campo e Revista de Educação do Vale do Arinos.

**Email:** caetanoedson@hotmail.com

**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0586786960992214>

**Cristiano Apolucena Cabral**

Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004), especialização em Sociologia e Educação pelo Instituto Aphoniano de Ensino Superior (2009), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014) e doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato grosso. Atualmente é coordenador estadual da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - MT e professor efetivo da SEDUC - MT.

**Email:** crisprelazia@yahoo.com.br

**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8968583181133770>

**Recebimento:** 21/05/2020

**Aprovação:** 29/05/2020

**Q.Code**



**Editores-Responsáveis**

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França